



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS POETA TORQUATO NETO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

OTTO BORGES FAGUNDES DOS SANTOS

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO DA DITADURA MILITAR: UMA
ANÁLISE DAS NARRATIVAS EM AINDA ESTOU AQUI E O QUE É ISSO,
COMPANHEIRO?**

TERESINA – PI
2025

OTTO BORGES FAGUNDES DOS SANTOS

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO DA DITADURA MILITAR: UMA
ANÁLISE DAS NARRATIVAS EM AINDA ESTOU AQUI E O QUE É ISSO,
COMPANHEIRO?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Piauí (UESPI), como requisito parcial para conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joao Batista Vale Junior

TERESINA - PI
2025

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos se iniciam àquele que esteve do meu lado nos últimos meses, me mostrando o que é uma verdadeira base, sendo meio apoio e ombro amigo nos momentos mais difíceis da minha jornada acadêmica (os últimos), meu namorado, Marcos Maciel. O apoio dele foi um alicerce quando eu sentia que caminhava em terreno instável, foi quem possibilitou eu terminar este TCC e ter forças para partir para uma nova etapa a partir de minha vida acadêmica, ficando ao meu lado várias noites quando não tinha mais perspectiva nem segurança de mim mesmo. Ele quem viu qualidades em mim que eu mesmo não via, e teve paciência em momentos que eu não teria.

Gostaria de expressar o quanto grato sou ao meu professor João Junior; seu acompanhamento, esmero e seriedade nos estudos foram essenciais para que este trabalho se concretizasse. A maneira como sempre esteve aberto ao diálogo, o cuidado ao sanar minhas questões e a atenção em cada etapa da orientação não só aprimoraram este TCC, como também expandiram meu aprendizado como estudante e pesquisador.

Agradeço também a todos os meus colegas de classe, que fizeram minha etapa acadêmica mais divertida, dando apoio quando precisei e ajuda quando pedi, sem nunca me deixar sentir-me só ou deslocado.

Destaco entre estes que andaram comigo na UESPI, em especial Melga Maria, Mariana Martins e Maria Fernanda. Melga, que me deu apoio e companheirismo quando eu a via, sendo sempre fiel e doce. Fernanda, que em sua sóbria perspectiva de realidade foi e é minha conselheira quando precisei de uma opinião realista e dura, sempre sendo irônica e divertida em suas respostas. E a Mariana, que com seu jeito meigo e carinhoso foi um conforto quando estive cansado ou desmotivado, sendo a alma e coração de nosso grupo.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho, que fizeram do CAPS minha segunda casa, sendo mais acolhedora a cada momento. Cada um deles fez de sua forma meu dia a dia mais tranquilo e contribuiu para meu amadurecimento como pessoa e profissional.

Em especial, Layse Marinho, Maria do Socorro Coelho, Kaíta Daniele e Gustavo Henrique. Layse, sendo minha companheira de sala, mesa e carona, que esteve ao meu lado dias a fim. Socorrinha, que mais que uma chefe, foi uma mãe para mim, me acolhendo e me consolando nos momentos mais difíceis. Kaíta, que assegurou que eu estivesse sempre com os dois pés no chão, mas não só isso, sendo também a dopamina diária com a qual eu sempre pude contar. Agradeço também a Gustavo, que foi um irmão para mim desde que o vi pela primeira vez, sendo o jovem brincalhão que nunca exigiu de mim a maturidade que tantos exigem.

A aqueles que não puderam estar aqui comigo porque Deus os levou antes, meu pai Kenard Kruel e minha avó Maria do Socorro, eu os agradeço por me amarem incondicionalmente sem nunca exigir nada em troca.

A cada pessoa que, de um jeito ou de outro, ajudou a superar esta fase, seja com atitudes significativas ou discretas, oferecendo amparo prático, afetivo ou racional, expresso minha profunda gratidão. Este TCC é um projeto que reflete a colaboração de todos vocês, sendo uma obra de amor e perseverança.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como função analisar como diferentes narrativas demonstram a percepção coletiva sobre um determinado evento – Ditadura Militar brasileira (1964–1985) – em diferentes contextos, construindo assim diferentes narrativas. Para demonstrar esta distorção, utiliza-se as obras Ainda Estou Aqui e O Que É Isso, Companheiro? Tendo como metodologia a análise desta obra. O objetivo era: examinar a ligação entre história e memória, analisando como diferentes períodos representam um mesmo acontecimento, demonstrado como este registro é marcada pelo esquecimento, interpretações distorcidas e a utilizações política do passado. O objetivo final é analisar, destacar e evidenciar o papel crucial do historiador na contestação de versões distorcidas e na manutenção de uma memória pública democrática.

Palavras-Chaves: Ditadura Militar; Memória; Historiografia; Representação.

ABSTRACT

This final course project aims to analyze how different narratives demonstrate the collective perception of a specific event – the Brazilian Military Dictatorship (1964–1985) – in different contexts, thus constructing different narratives. To demonstrate this distortion, the works *Ainda Estou Aqui* and *O Que É Isso, Companheiro?* are used, employing the analysis of these works as the methodology. The objective was to examine the link between history and memory, analyzing how different periods represent the same event, demonstrating how this record is marked by forgetting, distorted interpretations, and the political use of the past. The final objective is to analyze, highlight, and demonstrate the crucial role of the historian in contesting distorted versions and maintaining a democratic public memory.

Keywords: Military Dictatorship; Memory; Historiography; Representation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO -----	8
2.CAPITULO 1: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO REGIME MILITAR NO BRASIL: UMA COMPREENSÃO ALÉM DA MEMÓRIA -----	10
2.1. O começo de 21 anos de regime militar -----	10
2.2. A ditadura militar e seus aspectos de formação -----	13
2.3. Do declínio ao fim da ditadura e a redemocratização -----	22
3 CAPITULO 2: HISTÓRIA, CINEMA E MEMÓRIA COLETIVA -----	31
3.1- História e memória-----	31
3.2. História e cinema -----	37
3.3. A ditadura e o cinema: análise da narrativa pelas obras -----	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	51
REFERENCIAS -----	53

1. INTRODUÇÃO

O período da Ditadura Militar no Brasil – iniciado em 1964 e findado oficialmente em 1985 – representa um dos momentos mais polêmicos e de grande debate político de nossa história. Sendo um período de forte repressão e falta de liberdade para o cidadão, a ditadura foi marcada pela censura constante e pelo desrespeito aos direitos humanos. Esse regime afetou profundamente a sociedade, a política e a cultura do país. Mesmo sendo muito debatido academicamente ainda hoje, ainda gera bastante discussão devido aos fortes valores ideológicos que ele carrega, o que gera até mesmo hora uma distorção deste período, hora uma tentativa de minimização deste. Foi pensando nisso, e querendo entender como essas ideias se espalham, que surgiu o interesse inicial desta pesquisa: entender como as diferentes formas de lembrar o passado, seja através da literatura, relatos pessoais ou livros de história, entendem como estas diferentes formas de lembrar criam significados, disputam interpretações e influenciam a forma como a sociedade vê a Ditadura Militar no Brasil, e como o cinema registra e influencia este lembrar.

Este estudo se justifica a partir do questionamento de como um mesmo momento histórico pode ser interpretado de formas diferentes, e como estas interpretações podem ser influenciadas para serem usadas para fins políticos e geram discussões. Estas perguntas não são apenas para saciar a curiosidade de quem estuda a ditadura, mas surgem da análise do debate público contemporâneo, no qual a memória do regime militar se tornou um assunto de disputa identitária e uma forma de fortalecer discursos. Portanto, foi fundamental examinar não apenas o conteúdo dessas narrativas, mas também como as memórias são criadas, utilizadas, esquecidas ou adquirem novos sentidos.

Deste modo, a memória ganha um valor e assim lembrar e esquecer são ações com forte influência política, podendo ser usadas como moeda. O centro desta análise está em como a memória não é apenas um reflexo do passado, mas um processo de escolha, que envolve sentimentos e relações, e sofre influência da experiência pessoal, da construção coletiva e das instituições. Essa forma de entender o assunto aproxima este trabalho de autores que veem a memória como um campo de batalha, como Michael Pollak, Paul Ricoeur, Maurice Halbwachs e Jacques Le Goff, cujas ideias mostram que a relação entre memória e história é cheia de conflitos, sobreposições e novas interpretações constantes.

O ponto de análise central deste estudo, que serve como recorte comparativo, são dois livros que, apesar de terem formatos, estilos e objetivos diferentes, abordam diretamente as questões o período da ditadura militar e como diferentes visões formadas em diferentes momentos, registram a história e refletem a sociedade à qual o filme é inserido: Ainda Estou Aqui, de Marcelo Rubens Paiva; O Que É Isso, Companheiro?, de Fernando Gabeira;. Cada um desses trabalhos apresenta um ponto de vista único sobre as maneiras de relatar a Ditadura Militar e, principalmente, sobre como esse relato afeta a forma como a sociedade entende esse período.

No filme Ainda Estou Aqui, as memórias de Eunice Paiva retratam a dor do desaparecimento político de Rubens Paiva – seu esposo – e o impacto que a dúvida e dor tiveram na família Paiva. O livro mostra o lado pessoal do trauma, revelando como a violência do governo afeta não só a pessoa que sofreu diretamente, mas também as gerações seguintes, criando uma memória marcada pela ausência, pelo silêncio e pela busca por reconhecimento na história. Já em O Que É Isso, Companheiro?, Fernando Gabeira conta sua história, mostrando as experiências da militância de esquerda e seus conflitos internos, revelando questões éticas, políticas e pessoais que desafiam visões simplistas do período da ditadura.

Ambas as obras são essenciais para representarem como diferentes autores e sociedades se lembram do regime militar e como essas obras ficam na memória da sociedade e influenciam a percepção da ditadura. Essa visão é muito importante para a área da História, pois reforça a ideia de que o trabalho do historiador não é apenas registrar fatos, mas também questionar discursos, analisar pistas, comparar versões e entender como as histórias sobre o passado são produzidas.

Esta análise se mostra relevante para os estudos históricos por oferecer meios de desenvolvimento de uma análise historiográfica mais direta ao questionar os valores identitários da política atual e como estes valores se utilizam da memória para construir uma narrativa. É na análise de relatos, narrativas e na interpretação da história que este estudo procura situar as distorções do passado e do uso da memória para fins políticos. Deste modo, esta análise visa pôr fim às distorções, uma vez que, tanto no âmbito acadêmico quanto no compromisso com a ética, a negação e a distorção do passado perdem espaço devido ao compromisso com a verdade que estes possuem.

2. CAPITULO 1: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO REGIME MILITAR NO BRASIL: UMA COMPREENSÃO ALÉM DA MEMÓRIA

2.1. O começo de 21 anos de regime militar

Antes de adentrar o conteúdo do capítulo, a Ditadura Militar no Brasil, faz-se necessário compreender o contexto que antecede este momento. Neste é válido situar que os Estados Unidos sempre tiveram uma maior influência no Brasil, mas que a partir do presidente Jânio Quadros, o Brasil começou a se abrir para a União Soviética e a China, dois países que representavam fortemente o bloco do socialismo, tal atitude gerou um desagrado aos americanos, uma vez que a ideologia socialista e seus representantes, dispunham-se como antagonistas às ideologias capitalistas dos Estados Unidos. Essa atitude fez os olhos dos estadunidenses se voltarem para o Brasil, passando assim a receber mais atenção destes, já que pairava no ar o medo de a influência americana sobre o Brasil ser substituída pela do bloco socialista, dessa forma os Estados Unidos perderiam um de seus grandes aliados e este se tornaria aliado de seu rival, algo considerado pelos americanos uma grande perda.

Desse modo, a imagem abaixo reproduz o medo existente entre a classe média conservadora dos Estados Unidos em torno de uma possível aproximação do Brasil com os movimentos de esquerda.

Figura I- Jânio Quadros e Ernesto Che Guevara - 1961



Fonte: MOLON, Newton Duarte. **A visita de Che, a mídia e a renúncia de Jânio Quadros, o feitiço contra o feiticeiro:** como a mídia contribuiu para o isolamento político do presidente midiático. São Paulo, 27 de Novembro de 2006

A figura acima evidencia o governo de Jânio Quadros orientado pelo gradual afastamento dos Estados Unidos em sua política externa e uma maior aproximação com Cuba, consequentemente com a União Soviética, o que gerou descontentamento especialmente entre a classe média alta formada por empresários e políticos conservadores que mantinham aproximação com os Estados Unidos. O fato de um chefe de Estado oferecer a maior condecoração do país a uma nação consolidada sobre os pilares do comunismo destaca que o Brasil estava direcionado a uma política populista, mas orientada por uma perspectiva de esquerda.

Outro grupo que estava com medo dessa influência eram os próprios militares, que sempre foram mais próximos dos estadunidenses, e por isso assumiram uma posição a seu favor, começando então a criticar o posicionamento de Jânio. Os militares também tiveram apoio de alguns políticos da União Democrática Nacional (UDN), estes que desejavam cargos e por isso mantinham estreitas relações com os mesmos. Devido a isso, ocorreram inúmeros protestos dos militares e dos filiados da UDN, o que ajudou a levar Jânio a deixar o poder, renunciando sete meses após assumir a presidência.

Após a saída de Jânio Quadro, o 23º presidente do Brasil foi João Goulart, que se com a aproximação de Jânio com os governos comunistas já desagradaram tantos, o governo de Goulart intensificou essa preocupação, uma vez que no momento da renúncia de Jânio, João Goulart se encontrava numa visita oficial à China comunista, o que levou ao seu governo já começar envolta de pressões por parte dos militares, da UDN e de parcelas da sociedade, como as classes média e alta, que se opunham à posse de João Goulart, ocasionando a posterior renúncia de João Goulart devido suas políticas mais ligadas a esquerda.

Estas pressões fizeram com que o Congresso Nacional aprovasse o parlamentarismo como sistema de governo. Nessa forma de governo, o chefe de Estado (presidente) não governa diretamente o país, sendo essa uma tarefa exercida pelo primeiro-ministro, que atua como chefe de governo. Isso significa que, embora o João Goulart fosse o presidente, seria o primeiro-ministro quem governaria. Porém, essa posição não duraria muito e logo após grandes movimentos se desenvolverem a favor da posse definitiva de Jango, em especial a Campanha da Legalidade, fazendo assim com que Jango reascendesse ao poder.

Ao reassumir o poder, Jango elaborou um plano econômico cujo objetivo era resolver os problemas nacionais, como a inflação, a estagnação do desenvolvimento econômico, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do campo e pelas comunidades carentes nas cidades. As intenções de Jango desagradaram à elite. Os banqueiros, industriais, proprietários de terras e grandes comerciantes se sentiram prejudicados, principalmente com a proposta de reforma agrária, bancária e tributária, e começaram a tramantar contra o presidente.

As Reformas de Base contaram com amplo apoio da população, entretanto, a classe dominante não permitiria que seus interesses fossem ameaçados e limitados. A UDN, liderada pelo jornalista Carlos Lacerda, criticava diariamente o presidente, acusando-o de não ter firmeza e equilíbrio para lidar com a situação, em especial os movimentos favoráveis ao comunismo. A classe média também se sentia assustada diante da situação pela qual passava o país.

As inquietações ficaram mais acirradas. Houve manifestações populares em apoio às reformas, incluindo um comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, que contou com a presença de João Goulart para defender suas próprias propostas. Esse ato desencadeou também manifestações contrárias às reformas, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que, apoiada por setores conservadores, chegou a levar cerca de 400 mil pessoas às ruas de São Paulo no dia 19 de março de 1964. Em tal episódio, os manifestantes protestavam contra o governo, que, segundo eles, servia de ferramenta para a entrada do comunismo no Brasil. (Oliveira, 2023, p.17). A figura abaixo apresenta a magnitude dos questionamentos pelo governo Goulart diante da marcha supracitada.

Figura II – Marcha da Família com Deus pela Liberdade 1964



Fonte: CORDEIRO, Janaina Martins. **A marcha da família com deus pela liberdade em São Paulo:** direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. rev. hist. (São Paulo), n.180, a01720, 2021 <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167214>

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada em 1964, reuniu principalmente mulheres da alta sociedade em resposta ao comício na Central do Brasil durante o discurso de João Goulart e o lançamento das reformas de base continha a proposta de mudanças significativas na estrutura administrativa, fiscal e econômica do Brasil, onde de acordo com (Cordeiro, 2021), tais grupos conclamavam a sociedade a defenderem a família, a Pátria, a democracia, a Constituição e a religião, que consideravam sob ameaça pelo governo trabalhista de João Goulart. Aquele seria o primeiro de uma série de eventos desse tipo que reuniram milhares de pessoas ao longo do ano no país. Um estímulo a lutas pela substituição de um governo que estava próximo demais de uma proposta que atendesse os interesses coletivos.

Nessa situação toda, o governo de João Goulart enfrentava dias difíceis, a situação do país era caótica: interesses opostos de patrões e empregados, greves, passeatas, ideologias conflitantes, militares desconfiados, sindicatos e estudantes em campanhas de aliciamento, comícios, etc. A insatisfação com o governo e os conflitos de interesse ameaçavam uma guerra civil. Para piorar, Carlos Lacerda, que nesse momento tinha sido eleito o governador do Estado da Guanabara, hoje, Rio de Janeiro, espalhava boatos sobre planos que, segundo ele, eram armados pelos comunistas e ameaçavam a ordem do país. A situação era tão problemática que, antes que essa guerra explodisse, os militares agiram, começando então a iniciar as articulações para um golpe. (Dotti, 2008).

2.2 A ditadura militar e seus aspectos de formação

Desse modo, a ditadura militar como regime político no Brasil teve como características principais cerceamento da liberdade de expressão, censura e perseguição de indivíduos considerados opositores. Nisso, o período ditatorial inicia em 1964, após a deposição do presidente João Goulart, se estendendo até o ano de 1985 com a eleição do primeiro presidente civil eleito por voto popular, Fernando Collor de Melo. O contexto de (1964-1985) foi marcado pelo controle dos militares por meio dos Atos Institucionais (AIs), na qual buscaram consolidar a ditadura de maneira relativamente legal.

A figura abaixo evidencia um momento do Brasil, na qual a democracia foi relativamente esquecida com uma promessa de organização e abertura política relativamente rápida.

Figura III- Blindados no Palácio do Planalto em Brasília - 1964



Fonte: COSTA, Jucelio Regis da. **O regime civil-militar no Brasil (1964-1985): legitimações, consenso e colaborações.** ANPUH-Brasil-30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019

Os blindados de guerra em frente ao Palácio do Planalto, sede do poder executivo do Brasil, permitem perceber que a intervenção militar foi responsável por um golpe de estado que favoreceu a renúncia do então presidente João Goulart por um regime de natureza ditatorial criado com a motivação da ordem, mas que perdurou durante 21 anos no território nacional, tendo construído um panorama para consolidar seu fortalecimento com o auxílio de grupos conservadores empresariais, sociais e da própria igreja católica com a promessa de afastar o perigo vermelho.

Neste cenário de tomada do poder, os Atos Institucionais passaram a ser comuns, atuando como normas que entravam em vigor logo após serem decretadas, não havendo necessidade de passar por nenhum órgão legislativo (Araújo et al, 2018). Sendo essa outra estratégia de legitimar a ditadura com uma tentativa de legalizar os decretos do regime, mas que, na verdade, eram apenas leis que subvertiam a constituição, tendo inclusive uma característica que comprovava que aquela era de fato uma ditadura baseada na censura e controle.

O primeiro era o AI-1, que foi lançado em abril de 1964. Teve como objetivo legitimar o regime e afastar qualquer forma de oposição, tornando as eleições para presidentes indiretas, e foi ele que permitiu que o primeiro presidente, o antes já

citado Marechal Castello Branco, chegasse à presidência sem precisar haver uma eleição. (Araújo et al, 2018). O referido ato evidencia uma mudança na Constituição Federal com o mecanismo que garante aos chefes de Estado ligados às forças armadas o direito de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos.

Assim, os atos institucionais criados na esfera do regime militar legitimaram o poder executivo sobre os demais poderes constitucionais, conforme pode ser percebido na citação abaixo:

A partir das edições dos Atos Institucionais, passou-se a ter, no Brasil, uma preponderância do Poder Executivo sobre os demais, que ficavam sob o comando direto do presidente. Verifica-se, portanto, uma utilização do Poder Executivo como instrumento de poder por parte das forças armadas, desrespeitando a ideia clássica de separação de poderes, que deveriam operar de forma harmônica e independente entre si. Esse entendimento é compartilhado pela Comissão Nacional da Verdade, que entende que os dezessete atos editados revelam, na verdade, um processo de fortalecimento de um dos poderes, do Executivo, que foi se sobrepondo aos demais gradualmente. (Bechara; Rodrigues, 2013, p.13)

Em uma ditadura militar, o ponto máximo de sua formação está no fechamento do Congresso Nacional, órgão máximo do legislativo responsável acima de tudo por uma fiscalização do executivo e de suas atividades. No regime militar do Brasil, pelos atos institucionais, o poder executivo, representado pelo presidente da república eleito de maneira indireta, tinha plenos poderes para cercear as liberdades civis e iniciar uma “caça às bruxas” a todos aqueles que pudessem ser considerados subversivos com a ditadura, esquecendo propositalmente a necessidade de divisão e independência entre os três poderes como forma de impossibilitar um possível despotismo.

Para entender a situação em que o Brasil se inseria, é necessário voltar alguns anos antes do início da ditadura militar, voltando dois governos antes, onde quem estava à frente do governo era Jânio Quadro, nosso 22.^º presidente do Brasil, que atuou como presidente durante o período de 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961, data em que renunciou ao seu mandato. Jânio se apresentava como um líder do Terceiro Mundo, formulando uma política externa independente: reatou relações com a União Soviética e com a China comunista e chegou até a condecorar o guerrilheiro Ernesto “Che” Guevara, desagradando os Estados Unidos, os militares e a UND.

Assim, a citação abaixo evidencia o momento em que os militares deflagraram o golpe militar.

Com os militares instalados no poder, começava a temporada de punições e violência praticadas pelo Estado. A montagem de uma estrutura de vigilância e repressão, para recolher informações e afastar do território nacional os considerados “subversivos” dentro da ótica do regime, e a decretação de Atos Institucionais arbitrários estiveram presentes desde os primeiros meses de governo. Num primeiro momento, esse sistema abateu-se principalmente sobre líderes sindicais e comunistas vinculados a luta pelas “reformas de base”. O Ato Institucional decretado no dia 9 de abril de 1964 (posteriormente conhecido como AI-1) iniciava a temporada de cassações de mandatos de parlamentares e a suspensão dos direitos políticos dos “inimigos da revolução”. Esse era o começo de uma ditadura militar que perduraria por mais de vinte anos no poder; uma conjuntura singular na história do país. (Araújo et al, 2013, p.17)

A ditadura militar começa a funcionar a pleno vapor a partir de 1965, visto que, mesmo com uma estrutura criada para manter o controle da população, ainda havia grupos dissidentes a serem combatidos. Era necessário consolidar o poder dos militares, utilizando mecanismos de censura e perseguição aos opositores, o que incluía por vezes o uso da violência contra grupos que criticavam os aparelhos da ditadura, os estudantes, atores de teatro e um número variado de artistas. Os atos institucionais procuravam manter uma aparência de legalidade ao regime enquanto realizavam cassações de mandatos de políticos que não agradavam o novo sistema político.

Os governos de Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1974), Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985) foram responsáveis por realizar o gerenciamento do Estado, os quais constituíram o regime militar no período de 1964 a 1985. Tais governos foram sucessivos, porém não correspondendo à uma unicidade ideológica, menos ainda em torno das ações política e projeto de sociedade. Cada governo desempenhou um papel específico no processo de implantação de políticas para a consolidação do “Estado autoritário-burocrático” (Costa, 2019, p.7)

Os presidentes que assumiram o poder no Brasil durante o contexto supracitado embora fossem militares mantinham ideologias diferentes em torno de como governar o país, onde alguns eram relacionados a Soborne e outros mais articulados com a linha dura, ou seja, endurecimento do regime. Os presidentes

militares cada um tinha um projeto de governo para o Brasil, ora voltado para a defesa do nacionalismo e fortalecimento das perseguições até uma abertura lenta, gradual e segura. Ao longo da ditadura, o Brasil vivenciava o milagre econômico, estimulando a construção de obras faraônicas, bem como a defesa da integração do território nacional, bem como a crise econômica em seguida.

Inicialmente, os militares do primeiro grupo, mais intelectualizado, tinham a intenção de estabelecer o regime como um governo provisório e que assim que o Brasil se estabilizasse, o país passaria por uma redemocratização. Outro grupo era marcado pelo extremismo usava deste discurso como forma de fazer com que a população não percebesse que o golpe levaria a uma ditadura, e por parte deste segundo grupo, a intenção era velar o objetivo de estabelecer um longo regime ditatorial. É curioso notar, que mesmo entre os militares, houve uma ruptura em que os dois grupos tinham objetivos divergentes com a duração do regime.

Desse modo, o acontecimento de 31 de março de 1964 ganhou um sentido de “revolução” por parte dos militares, tendo apoio também de ampla parcela da sociedade e imprensa nesse processo de constituição, para justificar as ações políticas desempenhadas em prol da ruptura democrática e constitucional, sobretudo, para algumas autoridades, sejam elas, políticas, religiosas ou militares, como um processo de sobrevivência e permanência em torno do regime recém-instituído. (Costa, 2019, p.6). As alegações dos representantes da ditadura militar estavam em manter a ordem devido os perigos gerados pelo comunismo presentes nas propostas de João Goulart.

De acordo com Junior (2013) O golpe ou revolução militar de 1964 não teve uma unidade e um desiderato linear, tanto que muitos autores preferem a denominação de ditaduras militares por reconhecerem a existência de divisões entre os militares, onde houve a defesa de uma linha mais dura com o regime e outra de natureza mais moderada com o estímulo ao retorno da democracia. Nesse sentido, é possível perceber internamente o regime militar tinha suas divisões de concepções e ideologias marcadas por presidentes de cunho mais autoritários ou liberais

Uma estratégia em comum entre os militares era tentarem não parecer tão preponderantes no governo. Um exemplo disso foi que embora o presente fosse o militar Castello Branco, seu vice era o civil José Maria Alkmin. Ter um vice-presidente civil dava uma aparência de legitimidade, e abria brecha para que os militares parecessem que poderiam deixar o poder e o devolveriam ao povo a qualquer

momento. O regime recém instaurado tentava se distanciar da imagem de uma ditadura com a promessa de redemocratização. (Oliveira, 2023). Embora houvesse perseguições contra opositores não era interessante apresentar o mundo a face de um regime militar imposto por meio de um golpe de Estado contra um presidente eleito democraticamente.

Segundo Dotti (2008) economicamente, Castello Branco tomou uma série de medidas que visavam diminuir a inflação, como aumento de impostos e tarifas, empréstimos feitos com os Estados Unidos, incentivos a entrada de capital estrangeiro e ajustou os salários dos trabalhadores abaixo da taxa de inflação. Embora essas medidas tenham ajudado a diminuir a inflação, o poder de compra da população diminuiu e a qualidade de vida despencou, o que aumentou a insatisfação da população com o novo governo, gerando a promulgação do AI 2 cujo o objetivo foi alterar o sistema político para que o presidente pudesse interferir na política estadual.

Em fevereiro de 1966, essa força dos militares foi ampliada mais ainda quando lançado o AI-3, que tornava as eleições para os governadores e vice-governadores indiretos, sendo eles elegidos por voto das assembleias estaduais. O AI-3 foi importante, pois agora todos os cargos do executivo (presidente, governador e prefeito) são escolhidos pelos militares, terminando-se assim a expressão e representação política do povo, já que não eram eles que escolhiam mais quem iriam representar no governo, portanto, não tinham voz. (Bechara; Rodrigues, 2015). O AI 4 estava direcionado a promulgação de uma Constituição para novamente legitimar a ditadura.

O segundo presidente foi Artur da Costa e Silva, que em março de 1967 chegou à presidência que já contava com vários mecanismos de afirmação e valorização de sua autoridade como presidente, possuindo maiores poderes que seu antecessor devido os atos institucionais e a nova constituição. Por conta de ser um presidente com uma força maior, ele pode aproveitar mais dessa autoridade tendo atitudes mais rígidas. Costa e Silva fazia parte daquele segundo grupo de militares composto por generais mais pragmáticos e implacáveis, estes que por terem tendências mais violentas foram chamados de linha-dura. Costa e Silva, por sua vez, dobrou a perseguição aos opositores do regime e tornou-a mais organizada e efetiva.

Sobre o governo de Da Costa e Silva nos seus primeiros anos a citação abaixo destaca a seguinte afirmação:

Os dois primeiros anos do governo Costa e Silva foram de intensa atividade política, pois crescia o movimento de oposição ao regime militar. O Partido Comunista Brasileiro, reunido em seu VI Congresso, condenou a opção pela luta armada como forma de combate ao governo, dando origem a várias dissidências na esquerda brasileira. Em 1967 foi descoberto o foco de guerrilha rural na serra de Caparaó, Minas Gerais. Políticos de diferentes tendências formaram a Frente Ampla, sob a liderança de Carlos Lacerda e com o apoio de Juscelino Kubitschek e João Goulart. De caráter oposicionista, a Frente Ampla propunha a luta pela redemocratização, anistia, eleições diretas para presidente e uma nova constituinte. O ano de 1968 foi marcado pela intensificação dos protestos e a imediata reação do governo. As manifestações estudantis, que denunciavam a falta de verbas para educação e se opunham ao projeto de privatização do ensino público, ganharam nova dimensão com a morte do estudante secundarista Edson Luís, em conflito com a Polícia Militar no Rio de Janeiro. (Brasil, Arquivo Nacional, 2021, p.22)

A ditadura militar antes de consolidar sua estrutura tinha uma oposição significativa especialmente dos estudantes e do partido comunista demonstrando uma natureza relativamente frágil no seu início. Houve ainda rupturas dentro da esquerda brasileira devido a uma parte defender a luta armada e a outra priorizando uma estratégia direcionada a superação do autoritarismo de uma maneira democrática. Tais iniciativas à medida que o governo buscava sustentar o regime foi atacando focos que considerasse subversão utilizando inclusive da violência.

Nesse cenário de revoltas e repressão o governo militar acaba lançando o AI-5 em dezembro de 1968, o considerado mais importante Ato Institucional, este que suspendeu os direitos e garantias constitucionais dos indivíduos, como o habeas corpus e entre outros direitos básicos. A suspensão do habeas corpus é a mais preocupante, uma vez que sem ele qualquer um pode ser preso sem comprovação de crime, ordem judicial e nem possui mais direito de defesa, tornando-se refém a qualquer momento, também não há garantia de liberdade do regime militar. Em tese, o regime passa a possuir poderes absolutos sobre a liberdade e vida da população.

Com o AI-5, não havia mais como disfarçar que o Brasil estava sobre uma ditadura, uma vez que práticas de violência foram legitimadas por esse mecanismo

que aparência legal com os militares tendo carta branca para entrar em qualquer lugar, bem como realizar prisões, sem direito a defesa ou mesmo um julgamento, evidenciando plenos poderes de punição a população de forma legalizada pelo ato supracitado. (Junior, 2013). Algo a se destacar é que o sistema de repressão da ditadura era estruturado, existindo uma série de regras para otimizar o processo na coleta de informações e punição dos prisioneiros, muitos dos quais acabavam indo a óbito.

Para conseguir coordenar a repressão foram criados órgãos que iriam regular e estruturar a repressão, a exemplo disso o Sistema Nacional de Informação (SNI), que tinha como função de organizar as informações sobre as principais lideranças políticas, sindicais e empresariais do país, ou seja, os principais órgãos que as pessoas poderiam se reunir para organizar-se contra o governo, agora passavam a serem vigiados pelos militares, dificultando as reuniões e organizações dos revoltosos. Havia também o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que foi um órgão criado por Getúlio Vargas no Estado Novo que os militares o reativaram para ser mais uma estrutura que assegurasse a ordem disciplina militar no país.

O regime ditatorial brasileiro, que nasce sob o signo da ruptura armada com a ordem constitucional, desenvolveu-se sob o tenso equilíbrio de combinar uma aparência democrática com extensa rede de controle e repressão. No dizer do presidente Castelo Branco, abordando os expurgos desencadeados com a vitória da “revolução”, “(...) devem dar à nação a impressão de que a justiça se faz obedecendo à lei e a todos os processos que esta impõe” (apud Fico, 2001, p.44). Houve uma variedade de instrumentos de controle da população, incluído sua vida diária, tais como a tortura, o cerceamento da liberdade de expressão e a violência extrema.

Há de se destacar também o Departamento de Operações Internas e Centro de Operação de Defesa Interna (COI-COD) (Borges; Barreto, 2016) que combatia diretamente os inimigos ao regime militar, que supostamente colocariam em risco a segurança do país, fazendo com que o governo tivesse um mecanismo apenas para agir contra as anomalias e desordens sociais. O que o diferencia dos demais, é que este, a começar por seu nome, já exprimia sua intenção como órgão de repressão, tornando clara sua função e que agia de forma dura, cumprindo o que sugeria.

A ditadura militar mantinha uma dinâmica estruturada como uma maneira de controlar a população usando do medo, criando órgãos de manutenção a repressão

por meio do oferecimento de informação de possíveis subversivos como o partido comunista e do movimento estudantil, inserindo agentes infiltrados nas reuniões e nas salas da de aula das universidades brasileiras. A ditadura não foi apenas um regime militar simplista marcado pela ausência de planejamento, mas desde sua criação demostrou ambiguidade de apresentar uma fachada passageira, enquanto criava estruturas para manutenção de sua existência e legitimação.

Em outubro de 1969, Emilio Garrastazu Médici assume o poder, se tornando o terceiro presidente do regime, inaugurando o que ficaria conhecido os “anos de chumbo”, já que nesse período a violência e repressão cresceram de forma significativa. Atos como a legalização da pena de morte e prisão perpétua, aperfeiçoamento e sistematização dos órgãos de tortura, invasões de universidades em busca de militantes e a implementação de rigorosas censuras foram algumas das atitudes que o presidente tomou no decorrer de seu governo. (Macarini, 2005)

Ao longo da ditadura, a imagem do governo era manchada conforme a repressão crescia, os militares para contornarem isso e tentar limpar essa imagem, então no início dos anos 70 começaram então a investir em propagandas ufanistas. O termo ufanismo faz referência a um amor exacerbado à pátria, que faz as pessoas esquecerem os problemas sociais. Para isso, bordões como “Brasil, ame-o ou deixe-o” passaram a serem divulgados e usados pelo governo como forma de propaganda. A copa de 70, inclusive, foi incorporada a essas propagandas ufanistas, já que quando Brasil venceu e os militares atribuíram ao governo a vitória.

Outro ponto que o general Médici teve a seu favor foi o “Milagre” Econômico, que embora tivesse começado no final dos anos 60, ainda no governo do general Costa e Silva foi no governo Médici que teve seu auge. O Milagre Econômico refere-se ao período de rápido crescimento econômico no Brasil com o aumento significativo no PIB e na industrialização. Esse aumento foi financiado devido ao acúmulo de capital que veio desde o governo de Castello Branco, as custas do congelamento de salários abaixo da taxa de inflação, o que aumentou o capital do governo.

O “milagre” desponta apenas na virada de 1969 para 1970; a “visão de mundo” delfiniana (o “modelo agrícola-exportador”) somente adquire o estatuto de núcleo estratégico da política econômica no governo Médici – e discrepa da visão elaborada no Planejamento; e o impressionante expansionismo da política econômica de curto prazo em 1972-1973 se fez num cenário totalmente distinto do

observado em 1967-1968, devendo ser apreciado nesse contexto. (Macarini, 2005, p.54). Contudo, o alardeado milagre econômico ocorreu fundamentado no mascaramento na real condição vivenciada pela economia brasileira, a saber, dependência do capital estrangeiro.

O ministro da economia que atuou durante o governo Medici, Antônio Delfim Netto, (Sousa, 2019) foi o responsável por elaborar uma série de medidas com o intuito de levar o Brasil ao crescimento econômico. O ministro evidenciava a metáfora que comparava a economia brasileira a um bolo, que antes precisava crescer para aí ser repartido. Entretanto, esse crescimento veio acompanhado por uma desigualdade social e aumento na dívida externa, esta última que crescia exponencialmente à medida que o governo tomava empréstimos com os Estados Unidos. Sem falar nas corrupções e desvios de dinheiro que eram comuns, um problema maior ainda estava por vir, uma vez que, a metáfora de Delfim Netto sobre a economia ao compara-la com um bolo era imprecisa, o mais correto seria comparar esta com um balão, que conforme a dívida externa crescia, crescia-se o balão, e maior seria a explosão quando este explodisse, sendo apenas uma questão de tempo até os resultados dos empréstimos chegarem e com ele o fim do “milagre”.

2.3. Do declínio ao fim da ditadura e a redemocratização

Embora, o Milagre Econômico por si só já trouxesse motivos para a população se pôr contra o governo, devido os inúmeros pontos controversos, os avanços que vinham acompanhados ainda serviam de propaganda. O declínio da economia foi o que virou o jogo e toda a propaganda positiva que o milagre trazia consigo, foi revertida em negativa quando a economia parou de crescer e começou a entrar em queda. Quando Delfim Netto dizia que a economia era um “bolo que precisava crescer para aí então ser repartido” a verdade é que além desse bolo não ser repartido, a economia da época do regime estava mais para uma panela de pressão, que com tantos empréstimos que o governo tomava com os Estados Unidos, uma hora ou outra iria explodir.

A crise petrolífera durante a década de 70 ocasionada pelos países do Oriente Médio, membros da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP) e o Golfo Persico proclamaram um embargo com motivações políticas também afetou o Brasil ditatorial. O petróleo naquela época era visto como uma arma contra o mundo ocidental, especialmente contra o ocidente, e com esse

embargo os Estados Unidos e seus aliados, como os Brasil, observaram o preço do petróleo crescer exponencialmente, o preço subiu cerca de 400% apenas do intervalo de outubro de 1973 e março de 1974, essa crescente foi o suficiente para afetar profundamente a economia global.

Em julho de 1976, surge por meio de uma nova redação ao art. 250 do Código Eleitoral, a Lei Falcão, sendo essa mais uma estratégia dos militares de reestabelecerem sua dominância no parlamento. A Lei delimitava uma série de restrições para as propagandas eleitorais. Estavam proibidos nas propagandas de qualquer partido, abordar outros tópicos além da trajetória de vida dos candidatos, bem como seu currículo. Estava proibido o uso de qualquer música com letra, imagens, exceto à foto do respectivo candidato. A lei limitava que os conteúdos das propagandas deveriam abordar além do histórico de vida e currículo do candidato, somente o seu nome, partido e locais e horários de encontro com os eleitores em comícios. Com a Lei, também havia a restrição do tempo de propaganda política para um padrão, para que, novamente, todos os candidatos tivessem as mesmas chances nas eleições e nenhum fosse prejudicado.

As verdadeiras intenções por trás da lei falcão se davam a uma represália devido às eleições de 1974. A Lei Falcão ao limitar o que os candidatos do MDB poderiam expressar, dando uma proteção contra a possibilidade de a oposição expressar ideias contra a ditadura, dessa forma era vetado a veiculação de qualquer ideal crítica ao regime militar, evitando que a oposição se opusesse de fato a ditadura nos meios de comunicação através dos horários políticos eleitorais, silenciando assim o MDB que vinha ganhando cada vez mais apoio da população. (Gordilho, 2024)

Com a Lei Falcão, a população que desejava por uma representação que se dispusesse contra o regime, perderia a simpatia pelos políticos do Movimento Democrático Brasileiro, uma vez que não se sentiam mais representados pelos mesmos. Dessa forma, o regime militar restringiu o único partido de oposição à ditadura legalizado, fazendo-o perder força. Essa era uma forma de Geisel de fazer a manutenção da imagem dos militares de forma "lenta, gradual e segura".

Para tentar contornar a crise, o governo começou a incentivar propagandas para a implementação do Pro álcool, que consistia na troca de carros a gasolina por carros híbridos, ou até que funcionavam exclusivamente a álcool, essa estratégia visava diminuir a dependência do petróleo. Outra estratégia foi o investimento para o

aumento da produção doméstica de petróleo, a fim de diminuir a dependência brasileira com o petróleo estrangeiro. (Nitsch, 1991). Tais alternativas serviram como uma tentativa de superação ou limitação das consequências da crise petrolíferas.

As crises do petróleo de 1973, 1979/81 e 1990 deram impulso não apenas ao programa de biocombustíveis, mas também a que se aumentassem os esforços de exploração e produção interna de petróleo e carvão, bem como a investimentos maciços em projetos de energia hidroelétrica. (Nitsch, 1991, p.291). Em março de 1974 toma posse o quarto presidente do regime militar, Ernesto Geisel, este que, diferentemente de seus dois antecessores era assim como Castello Branco um Sorbone. O referido presidente devido ao desgaste do regime defende a abertura política lenta, gradual e segura, visto que era necessário impedir acerto de contas devido aos anos de perseguições políticas.

Nesse sentido, em abril de 1977, sai um conjunto de medidas chamado de “Pacote de Abril”, aonde nele o mandato presidencial era aumentado de cinco para seis anos. O pacote de abrir também modificava a estrutura da Câmara dos Deputados para que as regiões do norte e nordeste tivessem uma representação maior, região essa que tinha predominância da influência política da ARENA. Outro ponto do pacote foi a criação do cargo de senador biônico, sendo esse um cargo de senador escolhido diretamente pelo governo afim do Senado ter uma representação maior de apoiadores do regime, esse cargo, inclusive, ocupava um terço das cadeiras do Senado. Esse nome de senador biônico é uma metáfora a uma série norte-americana, e indicava que estes senadores eram protegidos pelo governo e não precisavam participar de eleições.

Ao longo do ano de 1978, começavam-se a surgir movimentos em prol da anistia, aonde esses movimentos pregavam uma anistia ampla, geral e irrestrita. Assim, como forma de centralizar esses movimentos e coordená-los, surgiram em vários estados os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs). O primeiro CBA a surgir se deu em fevereiro de 78 no Rio de Janeiro, em seguida em maio surgiu o de São Paulo. Com o tempo foram surgindo CBAs por todo o Brasil, se espalhando em vários estados brasileiros e no distrito federal, e inclusive existindo um CBA em Paris para representar os manifestantes pela anistia que se encontravam fora do Brasil. (Gordilho, 2024)

Os CBAs eram geralmente compostos por pessoas e entidades que lutavam em prol da anistia, teve decisivamente vários familiares de presos, perseguidos e

desaparecidos políticos. Cada CBA tinha autonomia na forma de organização e funcionamento, não existindo uma centralização nacional, apenas dos estados e regiões aos quais eles abrangiam. O CBA-RJ, por exemplo, tinha em seu corpo formado principalmente por pessoas físicas, já o CBA-SP, em contrapartida, era formado principalmente por entidades e sindicatos, que organizavam formações profissionais dentro do comitê.

A principal os CBAs eram organizados em comissões, como a comissão de presos, de exilados, de finanças, de mortos e desaparecidos e de divulgação. Os comitês também tinham como objetivo pregar por uma anistia ampla, geral e irrestrita, bem como lutavam pelo direito a passaporte para os exilados no exterior e a nacionalização dos filhos dos exilados como brasileiros. Para expressar a mensagem deles, os CBAs usavam de propagandas que traziam suas mensagens de anistia, desde cartazes, que imitavam os moldes dos cartazes de “Procurados” do regime para mostrar quem estava desaparecido, e entre outras formas de propaganda.

Uma das mais bem sucedidas se deu através do CBA-SP, que em fevereiro de 1979, no estádio do Morumbi, durante um jogo, os militantes ergueram no meio da torcida uma faixa escrita “Anistia Amplia, Geral e Irrestrita”. O sucesso dessa propaganda se deu no fato de que a faixa com a mensagem pela anistia foi transmitida na televisão e no dia seguinte os jornais publicaram imagens da faixa espalhando mais ainda a mensagem com o lema do CBA. As formas de propagandas precisavam assim como essa, serem bastante criativas, uma vez que os principais meios de comunicação estavam censurados, bem como o povo não tinha mais uma representação legal de oposição no governo, então era essencial encontrar formas de propagar mensagens ao maior número de pessoas e que fossem ao mesmo tempo, impossível de se ignorar.

Desse modo como uma das medidas redemocratizastes, houve a suspensão parcial da censura nos meios de comunicação, bem como a eliminação gradual de alguns mecanismos de correção legal presente nas leis que restringiam diretamente as liberdades e os direitos fundamentais. Antes essas limitações à liberdade de expressão, à participação democrática e aos direitos individuais garantidos pela Constituição, passam a ser revisadas ou revogadas, permitindo um retorno progressivo ao exercício pleno das liberdades públicas e dos direitos civis.

O presidente Ernesto Geisel, desde dezembro de 1977, já apontava seu sucessor, o general João Batista Figueiredo. Mais uma vez então as eleições foram indiretas, e a ditadura venceu, já que o governo era o detentor da maioria no congresso. Figueiredo foi eleito Presidente da República em outubro de 1978 e em março de 1979 tomou posse como o último presidente do regime militar. João Batista, assim como os últimos dois presidentes, também era um Sorbone e continuou o processo de abertura. E desde o começo de seu governo já trouxe medidas redemocratizantes bastante importante, como a Lei de anistia que sairia em agosto do mesmo ano de sua posse.

A citação acima destaca uma das medidas relacionadas a abertura política de uma forma gradual:

O ano de 1979 foi decisivo para aqueles ligados à luta pela anistia, mas também para os partidários de que uma anistia ampla, geral e irrestrita não passava de uma bandeira de setores “revanchistas” ou “maus cidadãos” que não queriam promover a reconciliação nacional. Assim, a centralidade desse ano está relacionada à mudança no cenário político com o fim do AI-5 e da censura e, sobretudo, porque ficava cada vez mais claro nas ruas e também no Congresso o embate anistia ampla, geral e irrestrita x anistia parcial. O regime civil-militar percebeu ao longo de 1979 que era necessária a mudança de discurso, além de ser obrigado a reconhecer a existência de um movimento cada vez mais articulado em torno de múltiplas demandas e com diferentes atores, como: o custo de vida, as reivindicações estudantis, o movimento grevista, a questão dos negros e a própria bandeira da anistia, principal agregadora de todos esses setores. (Resende, 2015, p. 42)

A lei da anistia, contudo, estabelecia que aqueles acusados de tortura também seriam perdoados dos crimes cometidos durante o regime ao lado dos prisioneiros políticos no decorrer do controle imposto pela ditadura. Aos poucos a ditadura militar foi cedendo espaço ao processo de redemocratização ao menos na realidade brasileira, uma vez que a censura estava sendo eliminada. O novo cenário brasileiro do final da década de 70 priorizava novas atores e o fortalecimento da oposição diante do regime militar, tendo a necessidade de adaptações e mudanças no discurso dos militares para uma finalização da ditadura pela democracia, embora não ocorresse de maneira rápida

A Lei de Anistia então sairia em agosto de 1979, esta seria regulamentada pelo Decreto n.º 84.143, em outubro do mesmo ano, decretando assim a anistia. Porém, mesmo com a lei, a maioria dos presos que começaram a ser libertos foram,

na verdade, só saíram das prisões após a batalhas judiciais. Em termos práticos, a Lei não foi imediata, muito menos ampla ou irrestrita, isso se comprova quando o último preso político só conseguiu ser libertado pouco mais de um ano da Lei de Anistia, em outubro de 1980, quando José Sales de Oliveira conseguiu enfim a liberdade.

Figura IV- Lei da Anistia



Fonte: ALMEIDA, Jaqueline Reginaldo de; VERONESE, Osmar. **O marco da Constituição Federal de 1988 e a trajetória de reconhecimento jurídico das diferenças identitárias no Brasil.** Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, n. 8, p. 1098-1120, out/2020

Desse modo, a figura acima destaca que a Lei de Anistia ficou marcada por trazer liberdade aos exilados políticos, garantindo que pudessem retornar ao Brasil e trouxe amparo legal para o perdão aos presos políticos da ditadura. Mas em seu texto também inocentou os militares que estiveram diretamente envolvidos com as torturas e assassinatos a quem era contrário ao regime instituído. Tal medida já era um ponto polêmico e embora tenha havido diversos protestos para que não fosse oficializada, no fim foi ao texto final, sendo então promulgada, trazendo liberdade também aos militares.

Com a lei, houve uma modificação nos grupos de oposição à ditadura e em prol da anistia, a exemplo disso foi diminuição das atividades dos CBAs, principalmente a partir de 1980. O ex-presidente do CBA-RJ, Iramaia Queirós Benjamin, inclusive declarou o grupo Tortura Nunca Mais como o sucessor do comitê

do Rio. Este que criado em 1985 com ex-presos políticos, voluntários e familiares de mortos e desaparecidos e aqueles que se oponham a forma que o Estado lidava com o tratamento leviano dado aos ex-presos e mortos durante a ditadura. O único grupo que continuou atuado ferrenhamente foi a Comissão Nacional dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos que perderam entes queridos pelo regime. (Oliveira, 20023)

Em 1982, houve as eleições para o Congresso aonde aconteceu a vitória para a oposição do regime em diversos estados importantes, essa vitória para a oposição a fortaleceu e diminuiu a representação dos militares os enfraquecendo. Nesse contexto, o deputado Dante Oliveira apresenta, em 1983, uma emenda constitucional que propunha o fim do colégio eleitoral e as eleições diretas para o ano de 1985. Essa proposta aumentou os movimentos de contestação ao regime militar, foi dessa onda de contestação que surge o movimento das Diretas Já, iniciado em 1983, mobilizou milhões de pessoas a participarem pelos comícios e passeatas.

O movimento das Diretas Já tinha como pauta principal a votação direta, mas também lutava pela convocação de Assembleias Nacionais Constituintes, fim de carestia, ou seja, escassez de produtos básicos, entre outros. Porém, embora tenha sido grande a mobilização, a Câmara dos Deputados não aprovou a emenda e as eleições naquele momento permaneceram indiretas. Devido essa derrota começaram-se negociações para o fim do regime militar, já que embora vitoriosos, os militares sabiam que a situação do governo era insustentável, então era chegado a hora de negociar. (Nery, 2010)

A fim de articular melhor o processo de passagem para um regime democrático, surge em 1984 a Aliança Democrática. A aliança era formada por uma união de vários partidos e tinha por objetivo apoiar, nas eleições presidenciais do ano seguinte, a candidatura de Tancredo Neves. A chapa também trazia consigo um documento básico com algumas medidas, como a mudança da duração do mandato presidencial para quatro anos, remoção de leis autoritárias, convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e entre outras medidas.

A eleição para determinar o sucessor de João Batista Figueiredo contava com uma chapa formada por Tancredo Neves, com seu vice José Sarney. Tancredo era visto como presidente da conciliação e foi eleito Presidente da República pelo Colégio Eleitoral ao receber a maioria dos votos em janeiro de 1985. Assim, a

aliança consegue uma vitória ao eleger seu candidato. O presidente eleito estava com sua saúde debilitada, mas seguiu com seus deveres, encontrando vários líderes de Estado visando de conseguir apoio à sua posse, já que a mesma ainda era incerta, esses encontros tinham como objetivo tornar o processo de redemocratização definitiva. Tancredo não chegou a tomar posse em decorrência de seu estado de saúde. Após passar por várias cirurgias acabou falecendo em abril do mesmo ano e seu vice então assumiu o governo.

Com a morte de Tancredo Neves, José Sarney assume a presidência em meio a protestos, a população acreditava que com a morte de Tancredo, um presidente eleito democraticamente enfim assumiria, mas Sarney assume em seguida, frustrando a população. Com isso, cabe Sarney a importante missão de redemocratizar o país após 21 anos de regime militar. O regime havia deixado uma dívida de 100 bilhões de dólares, além de uma enorme inflação e graves problemas sociais, como mortalidade infantil crescente, falta de moradia e desemprego. (Resende, 2015)

Em 1986 uma Assembleia constituinte se formou para a elaboração de uma nova constituição, a Constituição de 1988. Alguns estudiosos consideram a Constituição de 88 como a mais democrática que o Brasil já teve, inclusive tendo bastante prestígio internacional devido suas qualidades liberais e por assegurar uma série de direitos aos cidadãos. (Junior, 2013). Nisso, a necessidade desses direitos estarem registrados na constituição se justificava devido o contexto em que ela foi elaborada. Era necessário consolidar e estabelecer para o povo o que era cidadania, principalmente depois da população ter vivido tanto tempo em um regime ditatorial no país. Outro ponto era a necessidade de tornar o estado democrático no país algo irreversível.

A figura abaixo destaca o ultimo pilar de retorno da democracia percebida na promulgação da Constituição Federal

Figura V- Constituição Federal de 1988



Fonte: ALMEIDA, Jaqueline Reginaldo de; VERONESE, Osmar. *O marco da Constituição Federal de 1988 e a trajetória de reconhecimento jurídico das diferenças identitárias no Brasil.* Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, n. 8, p. 1098-1120, out/2020

A figura acima demonstra a comemoração pelo texto constitucional que traria mudanças na sociedade ao tratar da inserção de grupos marginalizados em seus artigos e ementas, embora ainda mantivesse interesse dos poderosos. Um ano depois ocorreriam as primeiras eleições diretas. Nessas eleições, os dois candidatos mais votados foram Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva. No segundo turno, Fernando Collor venceu as eleições e em março de 1990 assumiu a presidência, sendo o primeiro presidente eleito democraticamente na Nova República após anos de repressão. Em novembro de 2011, a então presidente, Dilma Rousseff, criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV) através da Lei nº 12.528.

A CNV não tinha como função primária punir, mas sim esclarecer os crimes desse período e em seguida entregar ao Estado as informações reunidas. No relatório final, entregue em 2014, além de entregar-se os resultados das investigações, também possuía no relatório recomendações para a segurança pública. Exemplos de recomendações eram a proibição de qualquer comemoração a respeito do golpe de 64, também há uma preocupação em se falar da polícia, na qual o relatório destacava que a mesma deveria ser desmilitarizada, também deveria haver uma mudança no sistema carcerário.

3. CAPITULO 2:HISTÓRIA, CINEMA E MEMÓRIA COLETIVA

3.1. História e Memória

O processo de criação do trabalho do historiador deve ser reconhecido tanto em ambientes acadêmicos, quanto no contexto da educação básica como forma de estimular nos alunos os conhecimentos que auxiliaram na construção da sociedade brasileira e na maneira como os costumes, bem como suas tradições são organizados. Assim, as fontes usadas pelos historiadores além de fornecer conhecimentos em relação a constituição histórica de uma determinada sociedade permite ao público compreender sobre o sua própria identidade e pertencimento.

A História como conhecimento parte da necessidade de compreensão do homem localizado em um espaço e tempo, na qual suas realizações contribuem para a formação de experiências necessárias ao entendimento do ser humano e de seus aspectos. Nisso, falar sobre história desde o início, já era falar sobre relato e experiência observatório, onde desde o grego, o próprio nome história vem do ato de testemunhar algo. O historiador francês Jacques Le Goff, afirma que:

A palavra “história (em todas as línguas românicas e em inglês) vem do grego antigo ιστορίη, em dialeto jônico (Keuck, 1934). Esta forma deriva da raiz indo-europeia wid-, weid-, “ver”. Daí o sânscrito vettas, “testemunha”, e o grego ιωτώπ, testemunha no sentido de “aquele que vê”.

A história também esteve conectada a memória, embora a confiabilidade da memória fosse questionada ao longo do tempo devido a ausência de uma fundamentação documentais que comprovassem a veracidade de certas lembranças. Deste modo, uma analogia que representa bem o caráter falho da memória é comparar que a memória não registra a realidade como uma câmera de vídeo, mas sim a impressão de apenas um ponto de vista. Tal aspecto da memória traz uma tensão entre esta e a história que como uma disciplina crítica se apresenta como uma ciência, o que por muito tempo distanciou ambas.

Sendo um conhecimento que se baseia na análise de fontes variadas, o contato com a Escola dos Annales enriqueceu a história ao estimular e valorizar novos objetos, e acima de tudo, novas fontes de pesquisa que ampliassem o repertório de informações relacionadas a um determinado tema pelo historiador. Contudo, os documentos são construções de seu período histórico, geralmente uma

representação do grupo que se encontra do poder com o Historiador tendo que ser orientado por uma fundamentação teórica e diferentes tipos de fontes no momento do estudo.

Sempre foi difícil para os historiadores estabeleceram uma relação relativamente satisfatória em termos de pesquisa entre a memória e a História. Estudá-la, representa uma valorização daquilo que já foi vivido, estimulando a o fortalecimento das identidades. Além disso, compreender o ato de rememorar é interessante porque representa um passado, pois como qualquer outro documento, é um fragmento daquilo que existiu, um reencontro formado especialmente por múltiplos olhares do passado. (Garcia, 2015, p.6). A memória consegue auxiliar a História no momento em que permite adentrar um universo das subjetividades orientada por uma fundamentação teórico metodológica adequada as condições estabelecidas em um estudo.

História e a memória longe de serem sinônimos existem uma consciência de sua conceptualização e prática são opostas, já que a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinhas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (Nora, 1984, p. 9)

A citação acima deixa transparecer que a História funciona com um conhecimento que funciona como um registro de interpretação de fatores e fontes que ao longo do tempo foram vivenciando transformações, ou seja, chegaram a contemporaneidade necessitando de uma análise que considerasse as constantes mudanças influenciadas a temporalidade da época e acima de tudo representante de um determinado grupo, enquanto, a memória por estás relacionada a um indivíduo ou grupo, embora podendo ser manipulada é um recorte do pensamento e lembrança que nas perspectivas dos mesmos tivessem que ser conservados ou fossem conservados como traumas.

A História e memória se nutrem. Ao rememorar o indivíduo usa das contribuições da história para de situar no tempo e na própria História. Compreendemos que a memória é uma representação realista da sociedade, com

suas devidas agremiações do presente e as suas perspectivas sobre o passado (pluralidade memorísticas). (Garcia, 2015). Então, pode ser entendida como a matéria prima da História, uma vez que ambas podem ser complementadas, visto que a História como uma ciência que atua como registro das atividades do ser humano no decorrer de um espaço e tempo, a memória é um mecanismo que fornece conhecimentos que ultrapasse a superficialidade dos dados oficiais de um determinado assunto abordado.

A memória nesse contexto é uma peça fundamental por resgatar conhecimentos submersos de indivíduos ou grupos que foram adquiridos em determinados momentos históricos sobre diversas temáticas, definindo um sentido pessoal aos depoimentos. Assim, Le Goff (2003) elucida que a memória é a propriedade de conservar certas informações, sendo em primeiro lugar um conjunto de funções psíquicas que permitem ao homem atualizar impressões ou conhecimentos passados para serem utilizados no presente e futuro para satisfazer certas necessidades de uma pesquisa com o resgate de lembranças relevantes sobre uma dada temática.

A finalização da memória para Nora (1993) foi envolta por uma vontade geral de registro, ele nos diz que a passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. Nora (1993) nos mostra que o dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. Segundo o autor não se falaria mais em origens, mas sim em nascimentos, o passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre.

A memória, como uma construção feita a partir da vida de uma pessoa, onde suas experiências moldam suas lembranças, onde de acordo com Halbwachs (1990), se “lembra é ter uma lembrança, ou ir a busca de uma lembrança?”. Sua reflexão gira em torno de que quando o homem lembra-se de algo, na verdade está lembrando-se de sua própria visão criada por um “ser” passado sobre este algo, ou seja, por experiências e como as interpretam, ou seja, não por construtos que nascem e se criam tornando-se intocáveis até ter a necessidade de se acessá-las, mas passam por um processo orgânico formado pela experiência do indivíduo e sua própria visão e interpretação.

A memória é um fator individual e coletivo por ser construída nas relações desenvolvidas do sujeito inserido em determinado contexto, familiar, escolar ou

religioso, além das práticas que realizam. Esses aspectos podem ser estimulados por meio da visualização de símbolos e rituais, manifestados através de um objeto, estrutura física ou mesmo uma imagem. Nisso, o autor Maurice Halbwachs (1990, p. 51 e 71) enriquece a discussão ao afirmar que:

[...] “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações estabelecidas com outros meios”. O autor diferencia a história escrita de uma pessoa de sua história vivida [...] “por esta ultima se constituir num quadro mais vivo e natural em que um pensamento pode se apoiar, para conservar e reencontrar a imagem de seu passado”.

Nas palavras do referido autor pode-se perceber que a manutenção de uma memória coletiva ajudaram e ajudam a transmitir tradições de geração a geração, a exemplo, o mito de sua criação de uma determinada civilização, seus heróis, problemas, a importância de uma família, o seu conhecimento técnico e suas conquistas. A memória coletiva é construída através de uma diversidade de memórias individuais, que agem de maneira a evitar esquecimentos e perda da história. Logo, a importância da memória coletiva está em manter vivas as lembranças comuns não apenas a uma pessoa, mas mesmo a um grupo de indivíduos ou sociedade.

Nesse sentido, grandes eventos que marcaram a História brasileira, mesmo que de maneira negativa como o regime militar são gatilhos para a criação e manutenção de memórias de diferentes grupos que vivenciaram esse momento da História do país. O grupo que participou dos meandros do poder construiu memórias relativamente favoráveis ao período militar, enquanto aqueles que estavam nas esferas das críticas contra o golpe e consequente limitação da democracia criam uma memória coletiva pautada pelas perseguições, assassinatos e torturas que eram componentes do cotidiano da época.

A memória individual e coletiva em torno da ditadura militar pode fornecer ao historiador instrumentos para estudar sobre, tal evento que marcou a história brasileira especificamente de maneira negativa. As memórias coletivas são costuradas por meio da unificação de memórias individuais que personagem que presenciaram acontecimentos isolados, corriqueiros e por vezes comuns em um local, instituição ou realidade, mas que estava articulado com o contexto maior, na

qual o Brasil estava inserido naquele momento. Assim, é imperativo falar também dos lugares de memória.

Nesse sentido, os lugares de memórias são criados no intuito de manter vivos certos conhecimentos sobre objetos ou mesmo pessoas, uma solução possibilitada através das memórias individuais e coletivas. E uma operação realizada em torno da criação de um mecanismo capaz de sobreviver às diversas críticas produzidas pela história e ainda para serem utilizadas por historiadores que procuram resgatar informações sobre os mais variados locais e situações, que possuem História que ao serem analisadas fornecem um conhecimento adequado das dificuldades, comportamentos e cultura dos habitantes, suas ambições, medos e expectativas de futuro.

As memórias de determinados locais, grupos ou civilizações para serem resgatadas necessitam de um trabalho de diversos profissionais envolvidos, pois são estes que auxiliam na conservação da memória e no seu posterior uso pelos pesquisadores, incluindo historiadores. As memórias auxiliadas pela história servem no sentido de fornecer importância a certas localidades, pessoas e grupos, mas também informações para serem utilizadas no seu resgate. Assim, a História deve agir em parceria com a memória, pois ambas podem se ajudar mutuamente no intuito de conseguir conhecimentos em torno de instituições, cidade, pessoas, sempre contextualizando com diferentes fontes.

A influência do outro se é entendida quando refletimos na construção da memória como relação daquele que percebe e do que é percebido, em que um indivíduo produz suas memórias a partir de seu ponto de vista, observando outros indivíduos com suas lentes, este indivíduo se põe como figura de quem percebe ao mesmo tempo em que está sendo percebido por outros que os observam a partir de suas próprias visões. No fim, cria-se visões múltiplas de algo singular, que ser um evento, indivíduo ou mesmo um objeto.

Para Paul Ricoeur (2007) sobre o esquecimento, este torna-se um fator crucial para a construção da memória, que não pode ser pensada sem sua contraparte: o esquecimento. Mais do que ausência ou falha, o esquecimento se configura como fenômeno ativo, uma operação social e simbólica que redefine o que é lembrado e o que é silenciado. Trata-se de um processo que não se reduz a lapsos individuais, mas que se articula nas escolhas políticas, institucionais e culturais de uma sociedade. Assim, esquecer não é apenas perder o passado, mas

reorganizá-lo, configurando-o de acordo com as disputas de poder, os projetos coletivos e os interesses de determinados grupos.

O esquecimento então atua como uma espécie de filtro que seleciona memórias e descarta outras, podendo gerar apagamentos históricos. Esse caráter seletivo e ativo da memória tem consequências profundas: uma sociedade que escolhe esquecer constrói também uma narrativa parcial de si mesma, onde o silêncio dos vencidos, dos marginalizados ou dos reprimidos pode ser tão eloquente quanto as lembranças que permanecem. Desse modo, a ditadura militar com suas diversas manifestações negativa, afetando as lembranças do que viveram o período que na História foi um dos mais crueis em termos sociais e culturais precisam por vezes esquecer certas memórias daqueles acontecimentos como forma de preservar sua mentalidade.

É nesse ponto que o cinema se torna um recurso privilegiado contra o apagamento. Diferente da narrativa documental escrita, a imagem filmica cristaliza experiências, afetos e testemunhos, funcionando como registro sensível da memória coletiva. Ao projetar no tempo presente imagens do passado, o cinema impede que determinadas experiências sejam relegadas ao esquecimento absoluto, funcionando como antídoto às tentativas de silenciamento. Ele fixa, em sua materialidade imagética, não apenas fatos, mas a experiência humana diante desses fatos, seja dor, resistência ou esperança. Embora os filmes e as histórias de vida mesmo mostrando o ponto de vista de quem contam, também mostram as discussões, tensões e brigas da sociedade da época. Então, a História, ao usar a memória, não quer só saber se o que se lembra é verdade, mas entender como as pessoas e os grupos dão sentido ao passado.

Obras cinematográficas atuam como dispositivos de memória, registrando aquilo que o discurso oficial buscava apagar ou manipular. Se, como diz Ricoeur (2007) o esquecimento é parte constitutiva da memória, o cinema resiste a esse movimento ao cristalizar lembranças em imagens e narrativas que escapam ao controle do poder, garantindo que vozes e experiências marginalizadas sejam transmitidas às gerações seguintes. Dessa forma, ao dialogar com a memória, a História não apenas registra o passado, mas também disputa com o esquecimento os significados do vivido. O cinema, nesse horizonte, constitui-se como uma forma de escrita da história pela imagem, um suporte de resistência e perpetuação da memória coletiva.

O cinema é uma representação de imagens em movimento, imagens que colocam em relação o real e o imaginário através de um mecanismo que permite uma dupla articulação da consciência, no qual o espectador percebe a ilusão, mas também o dinamismo da realidade (Codato, 2010, p.53). Os filmes produzidos apresentam a intencionalidade dos seus diretores e sentido que os mesmos dotam sua criação cinematográfica, onde real e imaginário são conectados na busca por despertar diferentes tipos de sentimento no momento de serem transmitidos, deixando claro que tal qual uma obra de arte, literatura, musica sobre diversos elementos que auxiliam na defesa de um regime político, modo de ser, costume ou tradição, o cinema atua como divulgador de novas perspectivas.

3.2. Cinema e história

Uma fonte histórica em evidência atualmente é o cinema, onde os filmes, além de entreter, têm a função de trazer ao público um entendimento melhor de certos momentos na história, algo que é um esforço em conjunto de toda a equipe que produziu a obra, desde o diretor até os atores e figurinistas. Neste cenário, o historiador pode desempenhar uma função de apoio muito útil, atuando como consultor histórico, sendo como um guia para esta equipe, situando-a de forma mais fiel a respeito do cenário que se é intencionalmente criado para representar um momento histórico. É nessa relação mutualística da equipe cinematográfica com o historiador que ele passa a fazer a ponte do local histórico ao qual foi baseado, com a estória a ser contada, este que está repleta de mecanismos para torná-la mais interessante e atraente ao público.

Para abordar essas realidades humanas, a história teve de se renovar quanto às técnicas e métodos. A renovação dos objetos exigirá a mudança no conceito de fonte histórica. A documentação será agora relativa ao campo econômico social-mental: é massiva, serial, revelando o duradouro, a longa duração [...] Todos os meios são tentados para se vencer as lacunas e silêncio das fontes. Os Annales foram engenhosos para inventar, reinventar ou reciclar fontes históricas (Reis, 2000, p. 23). O cinema histórico como fonte de pesquisa aproveitou da valorização proposta pelos Annales e se inseriu como importante mecanismo de fornecimento de conhecimento sobre aspectos relacionados a uma civilização, grupo, individuo, instituição.

De acordo com Barros (2013), a constituição do uso do cinema como fonte historiográfica implica em compreender que tudo é atravessado pela História, bem como tudo pode se tornar um objeto para o estudo da História. Se por um lado os objetos de estudo dos historiadores se multiplicaram, com a consequente diversificação interna da disciplina “História” no que se refere ao surgimento de inúmeras modalidades historiográficas, também se multiplicaram as fontes, as metodologias e possíveis aportes teóricos, os diálogos interdisciplinares. O cinema como fonte historiográfica permite ao pesquisador compreender os níveis de consumo cultural presente em certas sociedades no decorrer de um contexto sociohistórico, já que o cinema ao longo do tempo evolui, mas destaca como conservador de um determinado modo de pensar.

Nesse sentido, uma “Fonte Histórica” é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente. As fontes históricas são as marcas da história e em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural que se constituem como fontes. (Barros, 2019, p.1)

O cinema como uma manifestação do conhecimento do homem, onde imagens em movimento transmitem mensagens e lições de vida sobre os mais variados temas. Filmes históricos permitem uma ampliação das informações em torno de certos acontecimentos imortalizados nas diferentes imagens que compõem o longa. Contudo, como fonte, o cinema deve ser analisado a partir do contexto em que o filme foi criado, evitando juízos de valor e percebendo as representações por trás da criação de um filme épico ou em torno de uma situação específica como a ditadura militar.

A relação do cinema com a história é retratada de uma forma indireta, sendo bastante utilizada como ferramenta para compor o ambiente e apresentar algumas temáticas, que não são expressas de forma implícita. Assim, embora paralela à historiografia acadêmica, pois não representa fidedignamente eventos, uma vez que usa de artifícios para tornar a narrativa mais atraente, o cinema pode atuar sim como um lugar de memória uma vez que traz o espectador e o põe diante de um cenário de forma intencionalmente imersiva.

Ao observar a construção da linguagem e da indústria cinematográfica, sobretudo no segundo quinquênio do século XX, o historiador José D'Assunção Barros (2010) defende o tratamento de um filme enquanto fonte histórica, ao passo que o cinema é produto da história, sendo um meio para a observação do “lugar que o produz”. Apresenta marcas e indícios significativos da sociedade que o produziu, independente se a obra é um documentário ou uma simples ficção. O cinema tal como um documento a ser analisado deve ser interpretado pelo contexto que foi criado, visto que o cinema em suas imagens destaca o retrata do tempo e sociedade, seus modos de vida, costumes, organização, sempre procurando filtrar o que é realidade do que é ficção.

Um filme a partir de seu enredo, seu figurino, seus atores evidenciam as representações presentes no momento da construção cinematográfica, já que o cinema carrega consigo os elementos do contexto sociohistórico e cultural do momento, bem como críticas a possíveis cerceamentos de liberdade, no caso do regime militar. Os filmes épicos ou históricos podem ser utilizados nas pesquisas historiográficas por serem formas de compreensão do passado de uma forma mais dinâmica do que em documentos escritos. O cinema por meio de imagens em movimento fortalece a imaginação, incentivando o conhecimento sobre um determinado conteúdo.

O fundamental para se entender uma narrativa cinematográfica é levar em consideração que a maneira com que um filme conta uma estória/história e a sucessão de suas imagens suprimem o tempo real através da sequência de suas cenas e que para tanto, utiliza de ferramentas próprias da linguagem cinematográfica. (Yashinishi, 2020, p.419). Desse modo, o cinema é capaz de trazer em si uma visão sobre a história, seja através da tentativa de representar um determinado fato ou tempo passado ou sobre a captação do tempo presente de sua produção.

A História vai ao Cinema, expressa como o cinema se utiliza da história para compor suas obras, e neste sentido, a arte imita a vida da forma mais literal possível, pois o cinema não só usa a história como fonte, mas também cria representações históricas que passam a influenciar o imaginário coletivo. O cinema histórico-social é um exemplo de cinema que procura representar a própria história brasileira e do seu povo. Os filmes brasileiros que buscam destacar um período da História do Brasil

tem que manter o equilíbrio entre os fatos e o que deve ser inserido como fator de enriquecimento da narrativa.

O cinema não é neutro e nem a imagem o é. Mesmo nas representações artísticas mais antigas e tradicionais, o olhar do artista sempre criou uma barreira entre o que é visto e o que é retratado, barreira intransponível, pessoal e subjetiva. O cinema, também feito por uma equipe e filtrado pelos olhos do diretor, jamais poderá retratar fielmente a realidade como ela é, justamente por passar por esse olhar que é diferente para cada um. (Bussoleti; Alves, 2015, p. 146). Assim, mesmo que os combates das duas guerras mundiais fossem filmados e documentados, esses sempre seriam uma fração do que estava ocorrendo na guerra e poderiam ser utilizados de diferentes maneiras tanto por aliados quanto pelos inimigos em busca de uma justificativa para o conflito.

Nisso, é relevante observar o cinema que por vezes é usado como aparelho do Estado como mecanismo de manipulação da população, na qual é desmotrada por meio da mídia mensagens relacionadas ao nacionalismo, mascarando torturas e perseguições conforme ocorrem na maioria dos regimes ditatoriais, onde o governo usa como uma estratégia de manter a população sobre o controle, especialmente diante das prisões daqueles que colocam em risco a organização e modo de pensar do sistema.

O cinema marcado por aspectos heterogêneos mantém muitos pontos de interseção com a ideologia, essa entendida como práticas sociais utilizadas como forma de sustentação das relações de poder. A começar pelo fato de o cinema, mais uma vez lembrando a expressão metziana apontada por Costa, constituir uma instituição. Por certo, podemos incluir a instituição cinematográfica no rol de (aparelhos ideológicos do estado). Ademais, podemos fazer uma analogia entre o modo através do qual opera a ideologia e o modo de operação do cinema. (Silva, 2008, p. 91)

Nesse sentido, ao analisar um filme em torno do regime nazista é preciso compreender o contexto que foi criado e que muitas dessas produções buscavam enaltecer a figura do líder. Contudo, pelo historiador tornam-se valiosas fontes em pesquisas sobre a cinematografia e o controle social, visto que através de tais enredos é possível entender como imagens em movimento podem contribuir na manipulação social, especialmente no Brasil durante a realidade moldada pela ditadura militar.

O cinema a partir de um filme não consegue reconstruir o evento histórico narrada de maneira completa devido a sua complexidade, permanecendo retratando certos aspectos do que realmente ocorreu. No caso dos filmes de natureza histórica, o papel do historiador é possibilitar um cenário com a maior semelhança do que poderia ter acontecido em tais momentos, um fator obtido em documentações, entrevistas e acima de tudo fotografias da época, tornando o filme o mais verossímil possível.

Os filmes em suas produções revelam os temores das civilizações, o gosto do povo e interesses por mercadorias que são apresentadas na forma de acessórios aos diferentes tipos de espectadores que compõem as salas de exibição, criando inclusive moda e padrões de beleza. Desse modo, o cinema também foi lançando moda a partir de roupas, cabelo, penteado, músicas, ou seja, criando comportamentos aceitos pela sociedade, onde ao ser utilizado pelos grandes astros do cinema sua capacidade de despertar o desejo do público que consumia diferentes tipos de filmes também seria despertado.

O cinema histórico-social brasileiro, particularmente, tem um papel essencial freando o processo de esquecimento da herança histórica e sua sobreposição e valorização da efêmera memória da atualidade. A rememoração evita que momentos e eventos de importância para a análise da situação atual sejam condenados ao esquecimento e neste caso a cinematografia é uma ferramenta acessível para que estas discussões e análises sejam trazidas ao público. Este papel de expor e abrir debates se torna ainda mais valoroso quando se torna uma cristalização de como a sociedade de uma época encara determinado tópico, e é essa análise que dá ao historiador mais uma ferramenta de interpretação de um momento.

3.3. A ditadura e o cinema: análise da narrativa pelas obras

A ditadura no Brasil conforme visto no capítulo anterior evidencia um momento em que o país estava sob a jurisdição das forças armadas e dos atos institucionais, influenciando diversos aspectos da vida em sociedade, visto que a população estava sob constante vigilância da política, economia até os elementos culturais marcados por mecanismos ligados a censura e ao controle do que deveria ser transmitido.

Nesse sentido, que surge o movimento conhecido Cinema Novo que teve como enfoque mostrar como era verdadeiramente o cinema brasileiro da época e

como eram as mensagens a serem passadas. Esse movimento não dependia de um padrão imposto pela indústria de filmes americanos, vindo realmente para mostrar como era a realidade brasileira do passado e presente, não só da sociedade, mas também do cinema. (Costa, 2020). O cinema novo procurou romper as amarras dos filmes americanos e criar um cinema essencialmente brasileiro voltado para a constituição social do Brasil.

O interesse em construir um movimento que conseguisse retratar as questões socioeconômicas e políticas locais foi um grande fator para que diversos cineastas se juntassem por esse ideal, com sua linguagem específica e a real descolonização do cinema brasileiro. Os cineastas independentes eram mais do que bem-vindos no Cinema Novo, visto que as propostas estéticas do movimento prezavam não pela beleza da produção, mas sim algo real, para que assim conseguissem se livrar da pressão econômica e política imposta para os filmes elaborados anteriormente. (Costa, 2020, p.174).

Um dos aspectos abordados era a pobreza do brasileiro, especialmente das dificuldades do Nordeste, bem como a violência vivenciada pelas classes marginalizadas. O Cinema Novo também foi uma maneira de utilizar a arte como mecanismo de questionamento do regime militar brasileiro, pois sua caracterização focava nas desigualdades sociais, mascaradas pela mídia manipuladora da política repressora. De acordo com Vieira (2017), a fome e outras mazelas permitiram com que os filmes criados sobre a perspectiva do cinema novo ganhassem destaque no exterior devido a não permanecerem restrito as temáticas anteriores relacionadas a comédia.

Cinema Novo ao desenvolvimentismo se dá na clara percepção dos cineastas de que aproximar o cinema das classes mais populares dependia de recursos, situação que gera um paradoxo entre o ideário de tirar o cinema nacional da situação de produto capitalista e a necessidade de recursos financeiros. Mas os intelectuais do Cinema Novo entenderam que desde que o cinema brasileiro fosse sustentado por recursos nacionais, não haveria problema. Por isso, acreditavam que uma industrialização capaz de enriquecer o país o salvaria (e os salvaria) da dependência do capital externo. (Jose Marina Soler, 2002, p 19). Uma problemática que esbarrava no principal empecilho da população está direcionada a produções estrangeiras hollywoodianas.

O movimento mantinha sua expressão cinematográfica, ainda que o regime militar forçasse ainda mais a repressão sobre a produção de seus filmes. Em 1967 e 1968 o Brasil vivia um período de intensa agitação política, com isso avolumavam-se os processos no Departamento de Censura para interditar obras das várias manifestações artísticas e os cinema novistas eram bastante visados (Carvalho, 2006). Desse modo, a partir dos olhares sobre o cinema e a censura ditatorial serão analisadas duas obras que tratam do tema; *O que é isso, companheiro?* (1997) e *Ainda estou aqui* (2024)

O primeiro filme analisado, *o que é companheiro* se passa no ano de 1969 durante o governo de Da Costa e Silva em plena execução do AI5 que estabeleceu o fechamento do congresso e limitou ou mesmo encerrou certas direitos constitucionais em prol da lei e da ordem. Nesse sentido, o filme trata do sequestro do embaixador norte americano por militantes da MR 8 para ser utilizado como moeda troca na liberdade de outros presos políticos da ditadura militar, bem como a leitura de um manifesto na televisão. A figura abaixo destaca o pôster do filme lançado em 1997.

Figura VI – O que é isso companheiro?



Fonte: Hoje na História. **O que é isso companheiro?** Disponível em: <https://cliohistoriaeliteratura.com/2020/09/04/o-que-e-isso-companheiro-hoje-na-historia/>. Acesso em: 30/10/2025

A figura acima no pôster do filme supracitado apresenta como fotografia de capa os atores principais Pedro Cardoso, Fernanda Torres e Luiz Fernando Torres em treinamento de Guerrilha ou provavelmente para dar prosseguimento ao sequestro de Charles Burke, embaixador dos Estados Unidos, personagem vivido por Alan Arkin. O pôster com os três personagens no centro direciona a atenção para o momento do regime militar, especialmente a luta da guerrilha contra o excesso do governo, a arma em punho, os uniformes militares são usados como uma forma de provocar visualmente o espectador para a trama que aborda a tentativa de luta contra os militares.

A citação abaixo descreve especificamente que o filme o que é isso companheiro representa.

O filme *O que é isso, companheiro?*, lançado em 1997, baseia-se no controvertido livro autobiográfico de Fernando Gabeira, sobre sua militância na esquerda armada⁵. O filme é uma ficção a partir de fatos reais, envolvendo o sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Elbrik, em 1969. Durante a preparação do filme, no ano de 1996, o livro de Gabeira foi reeditado. No prefácio desta reedição, Gabeira escreve algumas linhas bastante sugestivas de sua preocupação com as críticas que seu livro vinha recebendo, principalmente, de parte das esquerdas. (Alonso, s.d, p.76)

O filme de acordo com algumas críticas em determinados momentos assume uma postura dos documentários históricos e em outro vincula mais a ações ficcionais, principalmente na questão dos personagens. Segundo os seus produtores, o filme não pretendeu ser uma reconstituição histórica fiel. Vários críticos o consideram uma ficção construída a partir de fatos reais, embora se apresente como uma história real. (Anna, 1999.). Para tais críticos, o filme pode se destacar como uma ficção histórica, na qual personagens e situações reais se misturam com atos ficcionais para fornecer mais ação tanto ao filme quanto o público alvo do referido longa.

No filme, o ilusionismo efetivo e a intensa busca pela verossimilhança se dão nessa obra por meio de um refinamento das técnicas e instrumentos da linguagem cinematográfica, que permite detalhadas reconstituições de época expressas por todo um aparato visual técnico e tratamentos de representação, muitas vezes compostas de referências históricas reforçando a “reprodução fiel” do passado. Esses componentes realistas visam criar no espectador a ilusão de um passado

autêntico, muitas vezes corroborada por imagens de arquivo como forma de acentuar a função de agente de construção de um ‘parecer ser histórico (Kornis, 2008:51).

No cinema é um conjunto que auxilia na construção de uma ideia de passado autentico, tais como: o figurino dos personagens, a ambientação dos cenários e recriação de enredos no caso de filmes históricos. A ilusão de passado resgatado em filmes é obtida pelo historiador ou mesmo diretor do longa por meio de documentos específicos, fotografias e moda da época que ao serem analisados fornecer uma percepção de como o contexto histórico existente no período pode ser remorado, mesmo que apenas nas telas. Contudo, vale destacar que em um filme de natureza histórico, embora haja a pesquisa de fatos, alguns elementos ficcionais permanecem como forma de preencher uma lacuna em torno das características de um personagem ou situação.

Figura VII – Avião Hercules 56



Fonte: Hoje na História. **O que é isso companheiro?** Disponível em: <https://cliohistoriaeliteratura.com/2020/09/04/o-que-e-isso-companheiro-hoje-na-historia/>. Acesso em: 30/10/2025

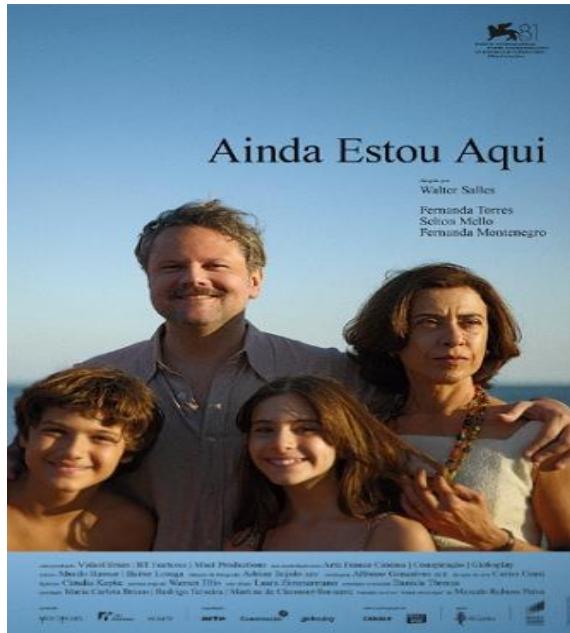
O avião Hercules 56 foi responsável para transportar os prisioneiros políticos recém-libertados após a troca pelo embaixador norte americano em direção ao exilio no México. Um exemplo de como a iconografia pode ser usado como apoio no enredo do cinema. O filme supracitado possui um aspecto positivo em relação ao livro, na qual discussões politicas, a tortura, o medo popular diante das perseguições politicas ajudam a compreender de maneira significativa a existência e manutenção de uma ditadura no país.

Assim, é possível perceber que O cinema, portanto, é um importante suporte para a memória involuntária, um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva, ou, para o trabalho da memória. Em outras palavras, o cinema é capaz de revelar aspectos não-visíveis de uma sociedade, desvendar os limites do trabalho da memória, para além da versão oficial, a existência de memórias subterrâneas. (Alonso, s.d, p.74). O filme, o que é isso companheiro torna a história dinâmica, diferenciando de um documentário que apresenta uma natureza mais informativa, tendo o historiador que filtrar o que é real de ficção.

O filme se destaca por três temporalidades, uma do contexto do regime militar que se passa o enredo em 1969, uma temporalidade relacionada ao ano de escrita do livro de Fernando Gabeira em 1979 quando esse se encontrava em exílio no Chile, na qual vivenciava na sua materialização escrita suas memórias no grupo MR-8 a temporalidade da produção do filme de 1997, 17 anos depois da abertura política, 9 anos pôs a Constituição de 1988 e em um momento em que o cinema nacional retornou ao seu fortalecimento. O filme evidencia uma classe média carioca da década de 60 que se envolve na luta armada contra os excessos do estado devido aos atos institucionais.

O filme Ainda Estou Aqui segue a temática de drama direcionado mais a seriedade com poucas ocasiões cômicas, mantendo uma estrutura narrativa semelhante ao filme Zuzu Angel de 2006, na qual destaca a trajetória e a busca de provas dos culpados pela morte do filho Eduardo Angel Jones. Nisso, Ainda Estou Aqui que tem no elenco Selton Melo, Fernanda Torres, atriz que também atuou no filme, o que é isso companheiro? Trata de um drama autobiográfico do Engenheiro e político Marcelo Rubens Paiva durante a ditadura militar na década de 70 que evidencia a mudança de vida da esposa de um importante político que durante a ditadura desapareceu por conta do regime militar.

Figura VIII – Ainda Estou Aqui- 2024



Fonte: [«Ainda Estou Aqui \(2024\)»](#). Brasil: AdoroCinema. Consultado em 31 de outubro de 2025

O filme tem uma abordagem lenta em torno da apresentação dos fatos do regime militar, o que corrobora a ideia de um drama mais documental diante das páginas do livro que foi utilizado como inspiração. No decorrer do filme acompanha a construção do destino de Paiva ao ser preso e levado pelo exercito para interrogatório, bem como sua esposa sobre a suposta participação de seu marido em movimentos de oposição ao regime. A trama leva um considerável tempo para revelar o que era relativamente óbvio, a saber, a execução do referido personagem pelos militares.

Contudo, é essencial destacar que a história de Eunice Paiva é um testemunho de luta, resistência e resiliência. Sua vida foi marcada pelas adversidades impostas pela ditadura civil-militar³. Mãe de cinco filhos pequenos enfrentou a dor da prisão, tortura e morte de seu esposo, o deputado Rubens Paiva, vítima do aparato repressivo da ditadura na década de 1970. Esse é o ponto de partida para refletir sobre uma etapa dolorosa e traumática de sua trajetória. (Oliveira, s.d, p.4).

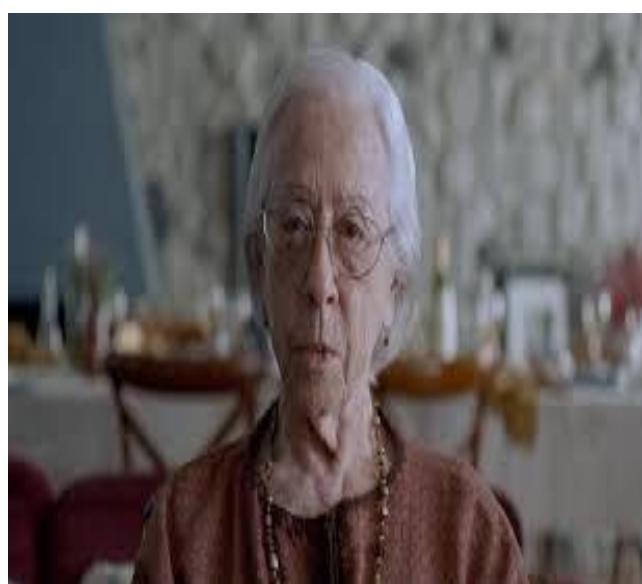
A personagem de Fernanda Torres, Eunice vivencia momentos cruéis da truculência do regime durante o governo do militar Garastazu Medici, considerado o contexto mais cruel da ditadura, sua prisão e interrogatório demonstram o medo e angustia de compreender de que provavelmente ao lado dos diversos personagens que tiveram um fim idêntico devido a sua oposição aos ditames do regime ao longo

de sua vigência. Os filmes que abordam o regime militar no Brasil priorizam a manutenção de uma memória que não deve ser esquecida, onde mesmo com a Lei da Anistia é necessário evidenciar os transtorno e traumas surgidos como consequência do momento.

Nesse contexto, o filme *Ainda Estou Aqui* (2024) contribui para a reconstrução da memória de como é viver sob um regime ditatorial. A obra, que é um testemunho da família Paiva, tornou-se um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva. Segundo Nora (2012), a memória nacional é formada pela interação de diversas memórias coletivas, que podem coexistir de forma harmoniosa ou conflituosa. Infelizmente, no Brasil, existe uma disputa conflituosa e até desumana sobre os eventos que marcaram o país entre 1964 e 1985, durante os 21 anos de um regime responsável por um legado de torturas, mortes, desaparecimentos e outras barbaridades.

O cinema sobre a ditadura evidencia memórias coletivas que sofreram tentativas de esquecimento por parte do estado e daqueles que foram representantes desse momento cruel. As memórias dos que vivenciaram torturas, perseguições, apreensões diante das constantes prisões promovidas pelo regime ao serem resgatadas e estimuladas é uma forma de manter o respeito por sua própria História e voz. Diferentes indivíduos constroem e mantêm uma memória dos horrores da ditadura, embora haja aqueles que participaram do governo que continuem defendendo como revolução, direcionando para o conhecimento das memórias associadas ao lugar exercido por um determinado indivíduo.

Figura IX – Eunice Idosa – Fernanda Monte Negro



Fonte: AINDA ESTOU AQUI. Direção: Walter Salles. Brasil: Globo Filmes, 2024. 1 vídeo (123 min), son., color.

A figura acima destaca uma Eunice já idosa e com problemas de saúde oriundos da idade e dos traumas vivenciados pela ditadura, marcas que dificilmente serão esquecidas como a morte do seu marido, mas que ao mesmo tempo procura reconstruir todos os dias sua vida na companhia dos filhos e netos. Nisso, o filme apresenta três temporalidades, a do livro, a do enredo do filme e dos dias atuais, na qual Cada historiador se depara uma temporalidade diferente e consequentemente características, acontecimentos, personalidade inerentes a sua existência que podem influenciar a escolha e seleção das fontes históricas.

Para Ceartea (2002), a cronologia indica um segundo aspecto importante do serviço que o tempo presta a história é a possibilidade do recorte em períodos. Mas (no sentido geométrico) rebate sobre o texto, a imagem investida do tempo, que na pesquisa vai do presente ao passado. Segue seu rastro pelo reverso. A exposição histórica supõe a escolha de um novo “espaço vetorial” que transforma o sentido do percurso do vetor tempo e investe sua orientação. Somente esta inversão parece tornar possível a articulação da prática com a escrita.

O historiador parte de uma problemática do seu tempo presente, uma inquietação intelectual, ou interesse em relação ao passado, estabelecendo um recorte temporal para auxiliar e orientar sua pesquisa histórica de acordo com um tema relevante sobre o passado. Com a seleção de uma cronologia baseada no presente para estudar o passado que o historiador tem acesso por meio de investigações de fontes diferentes, articulando a prática da pesquisa com a materialização na escrita do texto histórico.

No seio de uma nova história-problema, hoje já francamente estabelecida, as fontes históricas assumem novos papéis, para além da mera disponibilização e comprovação de conteúdo informativo. As fontes não seriam meros registros repletos de informações a serem capturadas pelos historiadores, mas também diversificados discursos a serem decifrados, compreendidos, interpretados. Não mais seriam apenas uma solução para o problema, mas parte do próprio problema. (Barros, 2019, p.8). Desse modo, os filmes, o que é isso companheiro e eu ainda estou aqui, mesmo mantendo diferenças cruciais podem ser usados na compreensão de um momento delicado da História brasileira, bem como não deixar

ser esquecido os que foram tragados por suas estruturas como meio de punição e manutenção da ordem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise feita revelou que a Ditadura Militar brasileira não foi apenas uma sucessão de fatos e decisões políticas esporádicas. Na verdade, ela nasceu de um objetivo bem definido e da colaboração de diversos grupos. Portanto, para compreender a ditadura, é crucial reconhecer que esse momento histórico se estende para além dos anos do regime, influenciado por ações que o antecederam e o sucederam. Tal direcionamento evidenciou que os embates que precederam o golpe de 1964 — abrangendo o governo de Jânio Quadros, as dificuldades na posse e no governo de João Goulart, e as distintas manifestações populares — são aspectos cruciais para a compreensão das bases ideológicas que apoiaram tanto a quebra da ordem constitucional quanto sua subsequente justificação perante a opinião pública.

O estudo revelou que as discussões acaloradas sobre a história da Ditadura Militar não são recentes. Elas começaram com o próprio governo, alimentadas tanto pelas estratégias de propaganda oficiais, quanto pelo apoio de parcelas conservadoras da sociedade, da elite financeira e de alguns meios de comunicação, que lucraram politicamente com o estabelecimento do regime autoritário. Mas, mesmo com este contexto, resistiram lembranças de resistência, expressas em depoimentos, iniciativas sociais, obras artísticas e produções literárias que, seriam cruciais para a análise crítica daquele período.

Sob essa perspectiva, a análise das obras *Ainda Estou Aqui*, *O Que É Isso, Companheiro?* e *Versões e Ficções: O Sequestro da História* revelou a força da literatura memorialística e do testemunho como meios de salvaguardar e contestar a memória histórica. Cada uma dessas obras, de forma particular, questiona as versões consolidadas sobre o regime militar, mostrando que contar o passado é, sem dúvida, adotar um ponto de vista sobre ele. As lembranças de sofrimento, perda e resistência, especialmente evidentes na obra de Marcelo Rubens Paiva, revelam o impacto humano da repressão do Estado, comprovando que o autoritarismo não se limita a estatísticas ou documentos oficiais, mas afeta histórias familiares e individualidades.

Em contrapartida, o relato autobiográfico de Fernando Gabeira apresenta uma visão oposta, ao explorar as dúvidas internas dos ativistas de esquerda, afastando análises superficiais que idealizam ou difamam os participantes. Essa abordagem foi

crucial para perceber a complexidade daquela época, onde diversos planos políticos se chocavam em meio a grandes tensões sociais e econômicas. Além disso, a análise crítica de Marcos Napolitano demonstrou como a escrita da história é influenciada por objetivos políticos, disputas por aprovação e interpretações que podem desvirtuar ou corromper o significado histórico dos eventos.

Dessa forma, as reflexões apresentadas ressaltam o valor da conexão entre história e memória na compreensão da Ditadura Militar. Ao fazer isso, a memória é vista não só como um gravador imparcial, que espelha fielmente os acontecimentos, mas como algo dinâmico, específico e intencional. Investigar a formação, discussão e aplicação das memórias ajudou a perceber por que, até hoje, a ditadura permanece um assunto sensível, com tentativas de reformulação que visam justificar o poder autoritário ou atenuar seus impactos. A decisão crucial sobre o que incluir e o que omitir da história permanece um dos grandes desafios do historiador, especialmente diante de discursos políticos tão fortes.

Este estudo demonstra, por fim, que a análise da história, narrativa e memória é uma preocupação que ultrapassa o meio acadêmico, impactando também o debate e fala de uma sociedade, algo que, em um momento onde o discurso de negação ganha espaço cada vez mais, o compromisso da História com a crítica, fontes documentais confiáveis e a variedade de interpretações se torna ainda mais essencial, pois separa a fala enviesada da história propriamente dita, mostrando assim a manipulação na narrativa, demonstrando o papel prático do historiador para a sociedade: representar o passado de maneira clara e fiel aos fatos, demonstrando-o de forma entendível e não deixando ser apagado ou manipulado.

Assim, revisitar o período da Ditadura Militar deixa de ser apenas um capricho acadêmico e se torna um compromisso político e ético inadiável. As memórias não devem ser esquecidas, mas rememoradas ao incorporar diferentes pontos de vista — relatos, obras literárias e análises históricas. Este estudo procurou apresentar uma interpretação abrangente e crítica do período, auxiliando na análise das narrativas em conflito que moldam o presente e influenciam o futuro. Dessa forma, reitera-se que a História, como área do saber, permanece essencial para a salvaguarda da memória coletiva e para a proteção dos princípios democráticos, garantindo que vivências dolorosas como a Ditadura Militar brasileira jamais sejam esquecidas ou repetidas.

5. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree Dos reis.

Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, imagem e testemunho.

Ditadura militar e democracia1.indd. Ponteio, 2013

ALMANAQUE FOLHA. **Cronologia da ditadura militar no Brasil (1964-1985).**

Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura_cronologia.htm. Acesso em: 21 dez. 2024.

BECHARA, Gabriela Natacha; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário.** Justiça do direito v. 29, n. 3, p. 587-605, set./dez. 2015

BORGES, Arleth Santos; BARRETO, Renata Caldas. **Ditadura, controle e repressão:** revisitando teses sobre os governos militares no Brasil. Regimes Autoritários, v.1,n.2, 2016

BRASIL, Arquivo Nacional. **Os presidentes e a ditadura militar.** Praça da República, 173, 20211-350, Rio de Janeiro - RJ Tel./Fax: (21) 2179-1253

CARR, Edward Hallett. **What is History?** London: Macmillan, 1961.

CARDOSO, I. **Para uma Crítica do Presente.** São Paulo: Editora 34, 2001.

COSTA, Jucelio Regis da. **O regime civil-militar no Brasil (1964-1985):** legitimações, consenso e colaborações. ANPUH-Brasil-30° Simpósio Nacional de História, Recife, 2019

DHNET – Direitos Humanos na Internet. **Cronologia do Brasil contemporâneo.**

Disponível em: https://www.dhnet.org.br/tempo/tempo_br.htm. Acesso em: 21 dez. 2024.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Revista Brasileira de História, vol. 24, nº 47

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** 19. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GERHARDT, Tatiana Engel, SILVEIRA, Denise Tolfo. Método de Pesquisa. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GORDILHO, Maria Celina Monteiro. **O papel das eleições nas transformações do regime militar (1974-1978).** Brasília-DF 2024

HALBWACHS, M. (1990). A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice. (Originalmente publicado em francês em 1950).

JUNIOR, Américo Bedê. **Constitucionalismo sob a ditadura militar de 64 a 85.** Ano 50 Número 197 jan./mar. 2013

NERY, Vanderlei Elias. **Diretas Já:** a busca pela democracia e seus limites. Lutas Sociais, São Paulo, n.24, p.70-77, 1o sem. 2010.

NITSCH, Manfred. **O programa de biocombustíveis Proálcool no contexto da estratégia energética brasileira.** Revista de Economia Política, vol 11, nº 2 (42), pp 274-299, abril-junho/1991

OLIVEIRA, Aline Karolinne Melo. **Ditadura civil-militar brasileira:** rastros, restos e testemunho. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2023.

RESENDE, Pâmela de Almeida. **Da Abertura Lenta, Gradual e Segura à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita:** A Lógica do Disenso na Transição Para a Democracia. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 2, n. 2, 36-46.

SOUZA, Reginaldo Cerqueira. **Ditadura Militar Brasileira:** o aparelhamento do sistema repressivo e a fabricação do informante. História debates e tendências Passo Fundo, V. 19, N. 3, P. 420-438, SET/DEZ 2019

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LE GOFF, Jacques, **História e memória.** 7º edição. Campinas: Editora Unicamp.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, e o esquecimento.** 10 reimpressão. Campinas: Editora Unicamp.

OLIVEIRA, Helena Mendes; ALBUQUERQUE, Pedro B.; SARAIVA, Magda. O estudo das falsas memórias: reflexão histórica. Trends in Psychology / Temas em Psicologia, v. 26, n. 4, p. 1747-1763, 2018. DOI: <https://doi.org/10.9788/TP2018.4-03Pt>.

HALBWACHS Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Editora Centauro, 2006.